

Bancos começam a reduzir os juros

Com as decisões do pacote econômico na área financeira, a Fenaban recomendou aos bancos reduzir os *spreads*. E dois bancos já anunciaram reduções.

O presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Roberto Konder Bornhausen, anunciou ontem que a entidade está recomendando aos seus associados que reduzam os *spreads* (diferença entre o custo de aplicação e o custo de captação). Contudo, ele esclareceu que, embora as medidas baixadas pelo governo sejam, a médio e longo prazos, positivas para a redução dos juros, "a curto prazo há problemas. Os juros vão depender também da expectativa dos aplicadores. O poupador deveria abrir mão de parte de sua margem".

De qualquer forma, embora os juros pagos nos CDBs tenham-se elevado em cerca de dois pontos percentuais nos últimos dois dias, em função da expectativa de mais inflação em face da redução dos subsídios, o "pacote" parece estar surtindo efeito. Ontem, o Bradesco e o Unibanco anunciaram uma redução em suas taxas de juros em razão da queda do IOF e do controle quantitativo do crédito.

No Unibanco, segundo o próprio Bornhausen, presidente de sua diretoria executiva, a queda da taxa anual será de 4,5 pontos percentuais, dos quais 3 pontos por causa do IOF e mais 50% reduzidos do *spread* da instituição. No Bradesco, segundo nota distribuída à imprensa, a redução será de 0,65 ponto percentual na taxa mensal para desconto de duplicatas e de 0,8 ponto no desconto de promissórias. No Bradesco de Investimento, a redução da taxa anual para capital de giro com garantia de duplicatas foi de 1,83 pontos. Para capital de giro com outras garantias a queda foi de 2,33 pontos percentuais.

Sem explicações

Na entrevista coletiva que concedeu ontem para analisar o "pacote", Bornhausen afirmou que "uma das falhas é a ausência de explicações públicas sobre o que está sendo feito".

— Seria preferível que o pacote viesse completo — disse Bornhausen respondendo a uma pergunta sobre o motivo pelo qual o

governo teria adiado a decisão sobre a desindexação da economia.

Acrescentou porém não saber "se o pacote está ou não completo". Antes, afirmara: "Não há saída indolor, mas é preciso que haja o convencimento e a geração de expectativas favoráveis".

Em nota oficial, a Federação Brasileira das Associações de Bancos manifestou apoio à redução do déficit público, porém as medidas "deverão ser complementadas pela redução dos custos governamentais e de suas empresas, especialmente no custeio, o que se espera seja imediatamente anunciado".

"No que se refere às taxas reais de juros — acrescenta a nota — as medidas são bastante positivas (eliminação dos limites quantitativos de crédito, redução do IOF, redução de subsídios de crédito, redução do déficit), mas dificultadas no curto prazo por algumas das decisões que deverão ter influências negativas (aumento do depósito compulsório, ônus fiscais)".

Subsídios

O terceiro ponto importante da manifestação dos bancos foi quanto à inflação: "A eliminação de subsídios do preço do petróleo e do trigo terá, certamente, efeitos negativos, o que deverá influir no custo nominal do serviço da dívida pública. Consequentemente, poderá ser anulada, parcial ou totalmente, a redução do déficit público em valores nominais. Daí a conveniência de ser realizada a desindexação atingindo a correção monetária e o INPC, inibindo os efeitos inflacionários imediatos da correção de preços antes referida. Essa medida, por sua complexidade, exigirá complementação na área de outros ativos e passivos financeiros para evitar a desorganização do mercado financeiro".

Bornhausen reclamou ainda da cobrança de mais Imposto de Renda dos bancos: "Os bancos pagarão este ano o equivalente a uma vez e meia o IR do ano. Em termos fiscais, é um ato arbitrário. Em princípio, é um erro de técnica fiscal".